

**HABEAS CORPUS Nº 548.368 - RS (2019/0355711-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : REGIS AUGUSTO MARTINS XAVIER - RS031900  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : LUIZ GONZAGA DOS SANTOS FAGUNDES  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUIZ GONZAGA DOS SANTOS FAGUNDES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no Recurso em Sentido Estrito n.º 70082497785.

Consta nos autos que o Juízo de primeiro grau, após receber a denúncia oferecida em desfavor do Paciente – pela suposta prática do crime do art. 12 da Lei n.º 10.826/2003 –, determinou a suspensão condicional do processo, excluindo "*das condições apresentadas pelo Ministério Público a prestação pecuniária em prol de entidade beneficente e/ou prestação de serviços à comunidade*" (fl. 27).

Irresignada, a Acusação interpôs recurso em sentido estrito. O Tribunal local conheceu "*do recurso como correição parcial e, no mérito, a ele [deu] provimento, para restabelecer, na proposta de suspensão condicional do processo as condições de 'prestação pecuniária ou prestação de serviço à comunidade', excluídas na origem*" (fl. 178).

Neste writ, a Defesa argumenta que "*as condições impostas para a suspensão condicional do processo mostram-se absolutamente desproporcionais, visto que além de comparecimento mensal em juízo e proibição de ausentar-se da Comarca sem autorização judicial, o paciente ainda deverá prestar serviços à comunidade ou pagar pena pecuniária, o que é possível equiparar a uma pena aplicada após sentença condenatória*" (fls. 7-8).

Sustenta que "*o paciente é assistido pela Defensoria Pública do Estado precipuamente por não possuir condições financeiras de arcar com os honorários de um advogado particular, motivo pelo qual não se mostra adequada à situação pessoal do acusado a imposição de prestação pecuniária*" (fl. 8).

# Superior Tribunal de Justiça

Requer seja deferida liminar *"a fim de que seja determinada a suspensão da decisão do Tribunal a quo até o julgamento do mérito do presente Writ"* (fl. 9). No mérito, pleiteia a concessão da ordem *"de modo a excluir ou readequar a condição prevista na alínea 'c' da proposta de suspensão condicional do processo, conforme acima fundamentado"* (fl. 10).

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente porque o Tribunal local ressaltou que *"a prestação pecuniária e a prestação de serviços à comunidade podem ser validamente propostas como condições à suspensão do processo, bastando que sejam adequadas ao fato e às condições pessoais do acusado"* (fl. 176), fundamento que não diverge da orientação desta Corte Superior.

No mais, registro a *"[i]mpossibilidade de aprofundado revolvimento fático-probatório de modo a acolher a tese de que a suspensão condicional do processo foi desproporcional à condição da paciente [...]"* (AgRg no HC 467.760/MS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 05/04/2019).

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal *a quo* acerca do alegado na presente impetração, solicitando-lhes, ainda, a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte de origem requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora